



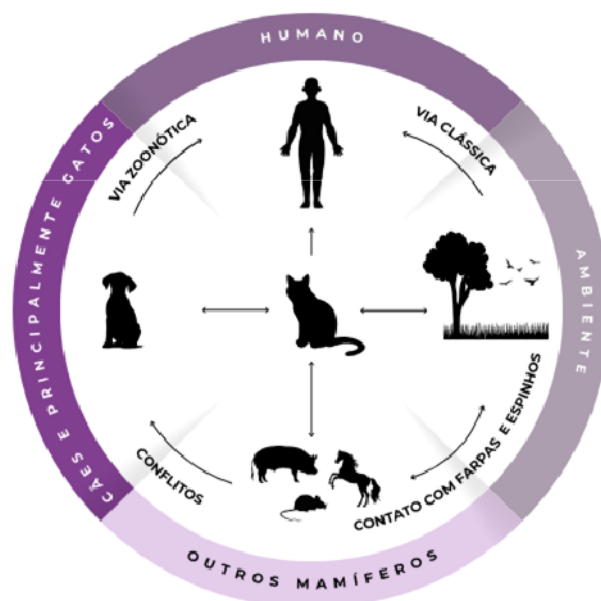
Este boletim foi criado pelas residentes do 1º ano dos Programas de Residência em Vigilância Sanitária, como exercício aplicado dos conteúdos teóricos das disciplinas de Epidemiologia e Estatística.

O formato proposto foi pensado por um grupo de trabalho, formado por 04 médicas veterinárias, 01 enfermeira, 01 farmacêutica e 01 nutricionista.

Neste processo, as residentes manipularam bancos de dados públicos disponíveis pelo DATASUS.

A esporotricose é uma micose causada por fungos do gênero *Sporothrix*, presente em todo o mundo. Evolui de forma subaguda ou crônica, geralmente benigna, afetando pele e vasos linfáticos com úlceras, nódulos e abscessos. A infecção ocorre pelo contato com solo e material vegetal contaminados, através de fissuras na pele, ou por mordida/arranhão de gatos infectados. É endêmica no Rio de Janeiro, Brasil, com a espécie *Sporothrix brasiliensis*. A doença é um problema de saúde pública devido ao aumento de casos urbanos. A prevenção inclui manter os gatos domiciliados e controle da população felina, através de medidas de sensibilização.

Figura 1. Transmissão da esporotricose em humanos e animais.



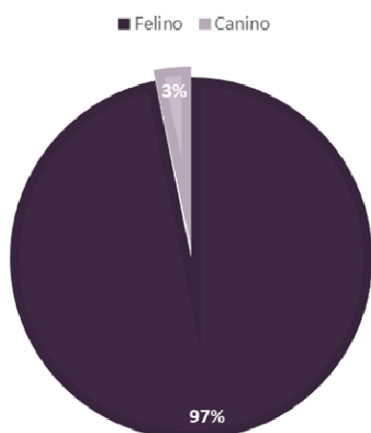
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

A Saúde Única preconiza ações entre saúde humana, animal e ambiental. Dessa forma, é fundamental que a esporotricose seja manejada da forma devida, com políticas públicas que garantam a prevenção, diagnóstico e acesso ao tratamento nos serviços públicos do Brasil. Desde 2013, a notificação da esporotricose é obrigatória no estado do Rio de Janeiro, conforme a Resolução SES nº 674/13 e o tratamento para humanos, cães e gatos é oferecido de forma gratuita pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

De acordo com a nota técnica nº 60 divulgada pelo Ministério da Saúde em maio de 2023, apesar de não se tratar de uma doença de notificação compulsória, foi recomendado que todo caso suspeito/confirmado em gatos e cães seja notificado e investigado para fins de levantamento de dados.

Segundo os dados do IVISA-RIO, foram notificados 1.567 casos de esporotricose animal, no período de janeiro de 2023 a maio de 2024 no município do Rio de Janeiro. Os felinos foram a espécie mais acometida, representando 97% dos casos, como demonstra o gráfico 1. Os cães raramente são acometidos pela esporotricose e a infecção geralmente ocorre através do contato com o gato doente.

Gráfico 1. Percentual de caninos e felinos notificados como casos confirmados de esporotricose.



Fonte: S/IVISA-RIO/CVZ. Consultado em maio de 2024. *Dados sujeitos à revisão.

Tabela 1. Casos confirmados de esporotricose em animais, no município do Rio de Janeiro, por ano de notificação - **2023 e 2024***.

Ano	Felino	Canino	n
2023	953	18	971
2024	538	11	549
Total	1491	29	1520

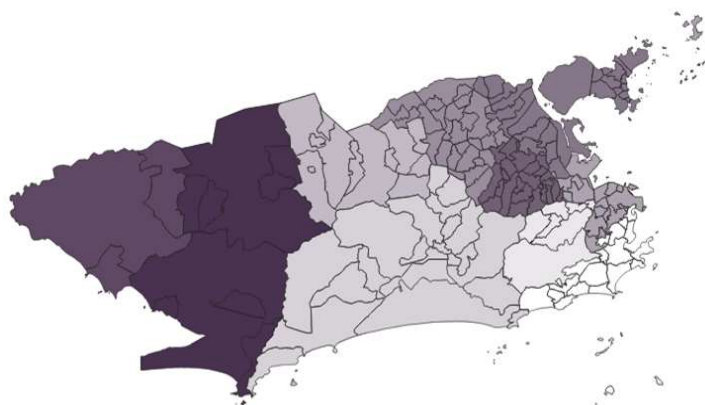
Fonte: S/IVISA-RIO/CVZ. *Consultado em maio de 2024. Dados sujeitos à revisão.

Tabela 2. Casos confirmados de esporotricose em felinos e caninos, por áreas programáticas do município do Rio de Janeiro - **2023 e 2024***.

Áreas Programáticas	Felino	Canino	n
AP 1.0	111	5	116
AP 2.1	11	0	11
AP 2.2	23	1	24
AP 3.1	125	4	129
AP 3.2	143	3	146
AP 3.3	123	1	124
AP 4.0	69	1	70
AP 5.1	108	2	110
AP 5.2	391	5	396
AP 5.3	374	7	381
Ignorado	13	0	13
Total	1491	29	1520

Fonte: S/IVISA-RIO/CVZ. *Consultado em maio de 2024. Dados sujeitos à revisão.

Mapa 1. Distribuição de casos confirmados de esporotricose em animais, por áreas programáticas do município do Rio de Janeiro - **2023 e 2024***.



■ 396 (AP 5.2) ■ 381 (AP 5.3) ■ 146 (AP 3.2) ■ 129 (AP 3.1)
 ■ 124 (AP 3.3) ■ 116 (AP 1.0) ■ 110 (AP 5.1) ■ 70 (AP 4.0)
 ■ 24 (AP 2.2) ■ 11 (AP 2.1)

Fonte: S/IVISA-RIO/CVZ. *Consultado em maio de 2024. Dados sujeitos à revisão.

Ao analisar as áreas programáticas (AP) que compõem o município do Rio de Janeiro, pode-se observar que a maioria dos casos do ano de 2023 ocorreram na AP 5.3 (que engloba os bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba). Esses dados mostram a necessidade de ações mais específicas de controle e prevenção (Tabela 2).

Tabela 3. Casos notificados de esporotricose de acordo com o sexo, entre janeiro e maio de 2024.

Sexo	n	%
Masculino	363	63,71
Feminino	198	36,29
Total	561	100

Fonte: S/IVISA-RIO/CVZ. *Consultado em maio de 2024. Dados sujeitos à revisão.

Tabela 4. Casos notificados de esporotricose, de acordo com o status reprodutivo, entre janeiro e maio de 2024.

Felinos	n	%
Castrados	154	55,9
Não castrados	209	44,1
Total	363	100

Fonte: S/IVISA-RIO/CVZ. *Consultado em maio de 2024. Dados sujeitos à revisão.

Os casos de notificação se concentram entre os felinos do sexo masculino (63,71%) e não castrados (55,9%), como demonstram as tabelas 3 e 4. Tais dados se devem ao comportamento do gato jovem não castrado, de disputas por território, o que acaba gerando lesões e uma maior chance de infecção pelo Sporothrix (SCHUBACH, 2013).

Diagnóstico

O diagnóstico da esporotricose é feito através de uma combinação entre sinais clínicos, epidemiológicos e laboratoriais.

O principal sinal clínico em felinos e caninos é a presença de nódulos ou lesões cutâneas e úlceras especialmente em região de face e mucosa nasal, que também podem aparecer de forma disseminada em região de dorso e patas.

O padrão ouro de diagnóstico laboratorial da esporotricose é a cultura fúngica, porém, em gatos, devido ao baixo custo, simplicidade e rápido resultado, é recomendado iniciar pelo exame citológico.

A coleta de material para a citologia se dá através de imprint de lesões ulceradas e por meio de agulha aspirativa em caso de lesões nodulares.

Em caso de resultado negativo é recomendado dar continuidade a investigação utilizando o processo de cultura fúngica.

Nos animais um dos principais diagnósticos diferenciais da esporotricose é a leishmaniose por ter padrões de lesões cutâneas semelhantes, mas, também incluem uma lista de enfermidades como: neoplasias, dermatites eosinofílicas, piodermite bacteriana, micobacteriose, criptococose, doenças imunomediadas, entre outros.

Tratamento

O tratamento em humanos se baseia no uso de medicamentos, termoterapia, crioterapia e eletrocirurgia (casos refratários excepcionais). Deve ser evitado o tratamento tópico com cremes, pomadas e géis por não produzirem efeito, além do risco em causar dermatite de contato.

Em animais, o tratamento medicamentoso utilizado é da mesma classe terapêutica utilizada em humanos, em sua maioria antifúngicos. É necessário isolar o animal durante todo o tratamento, que tem duração média de três meses, podendo ser reduzida ou prolongada conforme a resposta clínica e a situação imunológica.

Conclusão

Nota-se que os casos de esporotricose no Rio de Janeiro, são de grande relevância para saúde pública, tendo como principais acometidos os gatos não castrados com acesso a rua. Os animais devem ser mantidos domiciliados e podem ser castrados de forma gratuita nos castra móveis, no CCZ e no CJV agendando pelo site CARIOCA DIGITAL..

Aos animais e doentes, deve ser destacado que é uma doença que tem cura e o tratamento é fornecido pelo SUS, sendo prescrito e acompanhado por um médico veterinário.

Referências Bibliográficas

• BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único. 5ª edição atualizada. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2022. 741 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf

• BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Nota Técnica nº 60/2023-CGZV/DEDT/SVSA/MS. A Respeito das recomendações sobre a vigilância da esporotricose no Brasil. Disponível em: <https://www.crmvrj.org.br/2023/05/ministerio-da-saude-lanca-nota-tecnica-acerca-de-recomendacoes-sobre-a-vigilancia-da-esporotricose-animal-no-brasil/>.

• PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Linha de Cuidados Esporotricose, 2024. Disponível em: https://subpav.org/aps/uploads/publico/repositorio/Linha_de_Cuidados_Esporotricose_2024.pptx.pdf.

• SCHUBACH, A. Sporotrichosis. In: GREENE, C.E. Infectious Diseases of the Dog and Cat-E-Book. St. Louis: Elsevier Health Sciences, 2013, p.1376.

Expediente

Prefeito

Eduardo Paes

Secretário Municipal de Saúde

Daniel Soranz

Subsecretário Executivo

Rodrigo Prado

Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária

Aline Pinheiro Borges

Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisas e Educação Sanitária (CGIPE)

Vitória Régia Osório Vellozo

Coordenação de Residências

Carla Oliveira de Castro

Nathaly Pereira Dutra Gonçalves

Elaborado por Residentes do Programa de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Vigilância Sanitária:

Carolina Axiotis Moore; Isadora Teixeira Moreira; Julia Nunes Reyner; Karina Duque Estrada Marinho; Lya Duarte Santana; Marina Medeiros Aguirre Nery; Suelen Rabêlo Augusto.

Revisão

Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisas e Educação Sanitária (CGIPE)

Carla Oliveira de Castro; Fabricio Fusco; Nathaly Pereira Dutra Gonçalves; Vitória Régia Osório Vellozo.